

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010085-40.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Aparecida Faria**
Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que contratos - que especificou - com as rés teriam sido celebrados em seu nome, mas sem que tivesse conhecimento disso.

Almeja à condenação das rés a entregar-lhe tais instrumentos.

A primeira ré não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, limitando-se a ofertar contestação (fls. 20/35) genérica e sem ligação com a matéria trazida à colação.

De outra parte, o documento de fl. 06 denota que ela própria reconheceu a existência dos contratos elencados a fl. 01, com a ressalva de que até então não havia logrado êxito em localizar as vias correspondentes.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, o acolhimento parcial da pretensão deduzida transparece de rigor.

Quanto à primeira ré, sua obrigação em entregar à autora cópia dos aludidos contratos é incontroversa, nada havendo que pudesse ser suscitado como óbice a tanto.

Eles foram firmados com a mesma como a própria admitiu e nenhum dado poderia ser arguido para respaldar a recusa na entrega desejada.

Solução diversa aplica-se à segunda ré.

Sem embargo de se vislumbrar a existência de transações que teriam rendido ensejo àqueles contratos, não foram coligidas maiores informações a esse propósito.

Como se não bastasse, a postulação vestibular tem por objeto documentos determinados para cuja elaboração não se sabe se a corré concorreu diretamente, figurando como parte neles.

Por outras palavras, como dos autos se percebe que os contratos envolveram a autora e a primeira ré incumbirá a essa, apenas, a entrega respectiva.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A** a entregar à autora no prazo de dez dias os contratos especificados a fl. 01, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação que lhe foi imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 26 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**